

continuarão a ser prosseguidos com abnegação e grande espírito de solidariedade.

27 de Março de 2000. — Pelo Ministro da Administração Interna, *Manuel Maria Diogo*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

### Secretaria-Geral

**Despacho n.º 7536/2000 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do despacho n.º 4046/2000, de 25 de Janeiro, do secretário-geral do Ministério da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2000, subdelegado no director de serviços de gestão de recursos, licenciado Carlos Manuel Silvério da Palma, as seguintes competências:

- Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento do exercício e o respectivo processamento;
- Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- Qualificar como acidente em serviço os sofridos por funcionários e agentes e autorizar o processamento das respectivas despesas, nos termos legais fixados;
- Solicitar a realização de juntas médicas, designadamente as referidas nos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Decidir sobre os meios de prova apresentados pelos funcionários, ao abrigo do n.º 4 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

2 — Ficam ratificados todos os actos praticados pelo mesmo director de serviços, no âmbito dos poderes agora subdelegados, até à publicação do presente despacho.

1 de Março de 2000. — O Secretário-Geral-Adjunto, *José Andrade Curto*.

### Direcção-Geral de Viação

**Despacho n.º 7537/2000 (2.ª série).** — O n.º 6 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 24/98, de 30 de Outubro, impõe aos condutores e peões intervenientes em acidentes de viação dos quais resultem mortos ou feridos graves, mas que não sofram eles próprios ferimentos que obriguem a cuidados clínicos, a submissão a exame de rastreio do estado de influenciado por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

Importa, pois, para uma correcta aplicação da norma e uniformização dos procedimentos das entidades fiscalizadoras, fixar a definição de ferido grave para efeitos daquele preceito legal e, ainda, determinar a forma e o conteúdo das notificações a efectuar aos peões ou condutores ileso intervenientes no mesmo acidente para que se submetam àquele exame de rastreio.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, determino:

1 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 24/98, de 30 de Outubro, entende-se por ferido grave aquele que em consequência de um acidente de viação e após atendimento em serviço de urgência hospitalar por situação emergente careça de cuidados clínicos que obriguem a permanência em observação em serviço de urgência ou a internamento hospitalar.

2 — Os condutores e peões ileso intervenientes nos acidentes referidos no número anterior devem ser notificados pelas entidades fiscalizadoras para se apresentarem no serviço de urgência e no prazo a determinar a fim de serem submetidos aos exames de rastreio do estado de influenciado por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

3 — A notificação referida no número anterior obedece ao modelo anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

4 — A notificação será lavrada em quadruplicado, destinando-se o original ao examinando, que o deverá apresentar no serviço de urgência quando se for submetter ao exame, o duplicado à entidade fiscalizadora requisitada para o acompanhar, o triplicado à entidade fiscalizadora que a efectuou e o quadruplicado ao serviço de urgência hospitalar.

5 — Caso o notificado não compareça ao exame no prazo determinado, a entidade fiscalizadora deverá do facto levantar auto de notícia para efeitos de aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 158.º do Código da Estrada.

16 de Março de 2000. — O Director-Geral, *Amadeu Pires*.

S.  R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

C	AUTO	
D	N.º REF.	
E	A	

### NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 164.º do Código da Estrada e n.º 6 do artigo 9.º do Decreto-Regulamentar n.º 24/98, de 30 de Outubro, fica por este meio notificado ..... ☐ condutor ☐ peão, residente em ..... titular do ☐ BI/Passaporte n.º ..... ☐ carta/licença de condução n.º ..... de que, na sequência de acidente de viação ocorrido em (GDH) ..... local ..... envolvendo os veículos de matrícula ..... deverá dirigir-se ao serviço de urgência do hospital de ..... (à escolha do interessado) a fim de ser submetido a exame de rastreio do estado de influenciado por substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

O exame tem de ser efectuado no prazo máximo de 12 horas a contar da data/hora acima referida, devendo solicitar o seu acompanhamento pela entidade fiscalizadora mais próxima da Unidade Hospitalar

Tomei conhecimento em ..... de ..... de 2000

O Notificado

O Notificante

Certifica-se que o notificado se recusou a receber a Notificação.

O Autuante

As Testemunhas

### Instruções complementares

1 — Os serviços de urgência hospitalar que realizem os exames deverão observar o disposto nos n.ºs 19.º a 28.º da Portaria n.º 1006/98, de 30 de Novembro, bem como o disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 24/98, de 30 de Outubro.

2 — Aos IML caberá observar o que se dispõe nos n.ºs 3.º a 36.º da Portaria n.º 1006/98.

3 — As entidades fiscalizadoras acompanharão o(s) examinando(s) aos serviços de urgência do hospital requerido e disponibilizam os impressos e conjunto de recolha (*kit*) previstos na Portaria n.º 1006/98 (anexos IV e VI).

**Despacho n.º 7538/2000 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de Viação de 16 de Março de 2000:

Dr.ª Maria Elizabete Azevedo — autorizada a nomeação definitiva, com efeitos retroactivos a 1 de Junho de 1998, como assessora da carreira de jurista, em lugar criado pela Portaria n.º 327/2000 e a extinguir quando vagar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Março de 2000. — A Directora de Serviços de Administração, *Guadalupe Mêgre*.

**Despacho n.º 7539/2000 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de Viação de 11 de Janeiro de 2000:

Mário Fernando Madeira Nazaré — precedendo concurso, autorizado o contrato administrativo de provimento como técnico superior de 2.ª classe, da carreira de jurista, ficando colocado em Faro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Março de 2000. — A Directora de Serviços de Administração, *Guadalupe Mêgre*.